

O CONDE D'EU, AS DIFICULDADES LOGÍSTICAS NA CAMPANHA DA CORDILHEIRA E O FIM DA GUERRA

Braz Batista Vas¹
brazbv@gmail.com

Iniciava-se o ano de 1869 e a Guerra do Paraguai ainda mostrava-se inconclusa e incerta. Sob o comando de Caxias as forças aliadas avançaram até a conquista de Assunção, a capital paraguaia. A resistência paraguaia se mostrava ainda ativa, conquanto Solano López buscase, ao mesmo tempo, arregimentar e aglutinar forças e adentrar ao interior do país. Após a conquista de Assunção, Caxias considerou encerrada sua atuação frente às forças da Tríplice Aliança, e, alegando problemas de saúde e retirou-se para o Rio de Janeiro - postura, aliás, muito criticada no período e ponto polêmico na historiografia da Guerra do Paraguai.

Caxias tomou como objetivo estratégico a conquista de Assunção e, quando o conseguiu, logo após a campanha da Dezembrada, deu a guerra por encerrada oficializando sua retirada do controle das operações militares. A conquista de Assunção, pura e simples, não atendia aos objetivos político-militares estabelecidos no Tratado da Tríplice Aliança. Este foi um momento delicado nas relações entre o comando militar brasileiro e as diretrizes políticas do Império. Para garantir o cumprimento dos objetivos do Tratado, o Conde d'Eu assumiu o lugar de Caxias no comando das forças da Tríplice Aliança. Paralelamente a esses episódios, os aliados analisaram e entenderam os acontecimentos pesando o Tratado da Tríplice Aliança como norte às ações. Por conseguinte a guerra só findaria com a defenestração pública e notória de Francisco Solano López, de modo que os combates se sucederiam até alcançar tal intento. Neste momento entra em cena o Conde d'Eu no maior evento bélico ocorrido na América do Sul no século XIX, a Guerra do Paraguai.

Luis Filipe Maria Fernando Gastão, o Conde D'Eu, nasceu em Neuilly, na França, a 28 de abril de 1842. Era príncipe francês de nascimento, membro da Casa Real da França, como parte da Casa de Orléans, segmento cadete dos Bourbon. Em 1855 iniciou a sua carreira militar, aos treze anos de idade, seguindo o curso de artilharia, concluído na Escola Militar de Segóvia, Espanha, onde obteve a patente de capitão. D. Pedro II nunca se desatentou às suas pretensões de fortalecer a imagem do Brasil no exterior (MATTOS, 2006, p. 25). Após acertos das famílias

¹ Professor Adjunto de História da América da Universidade Federal do Tocantins – UFT – Campus de Araguaína; Membro do GEDES – Unesp-Franca; Membro do NUPEV – UFT; E-mail: brazbv@gmail.com

reais do Império do Brasil e da França, o Conde d'Eu casou-se com a Princesa Izabel, filha de D. Pedro II.

O Conde d'Eu tornou-se, então, um vulto de destaque na vida nacional brasileira, como membro da família real. Como expõe Armelle Enders, numa curta passagem, em artigo que discute as facetas da produção dos vultos nacionais durante o Império,

A Exposição Geral de 1872 vê assim se defrontarem dois pintores em torno de um único tema. *A Batalha de Campo Grande* de Pedro Américo evoca “a bravura do general [o conde d'Eu], a dedicação do soldado brasileiro [o capitão Almeida Castro], e o momento em que se torna decisiva a nossa vitória (Catálogo, 1872: 22). (ENDERS, 2000, p. 26 – 27)

Da pintura à literatura, no curso da escrita da história e da produção historiográfica em torno da figura do Conde d'Eu e sua participação na Guerra do Paraguai não se verifica entusiasmo ou o mesmo interesse dispensado a outros vultos nacionais. O debate historiográfico em torno da atuação do Conde d'Eu o situa como o herói que finalizou a guerra e liquidou as ameaças megalomânicas de Solano Lopez, ou simplesmente aquele que comandou a caça e a execução de López, especialmente a produção historiográfica contemporânea ao evento e publicações feitas por militares.

Posteriormente, em especial a partir da década de 1960, e muito em função da conjuntura política nacional e mundial – regime militar, guerra fria – a historiografia do conflito deu uma guinada, em grande parte sob a inspiração das ideologias de esquerda, e o Conde d'Eu passou da confortável situação de herói nacional à incômoda posição de tresloucado e impiedoso assassino de crianças e velhos paraguaios. Após aproximadamente três décadas de revisionismo historiográfico, ou seja, mudanças nos rumos e na perspectiva com a qual se analisa a Guerra do Paraguai têm-se uma nova abertura na historiografia desse conflito. Verifica-se que muito do que foi produzido na primeira fase historiográfica é extremamente relevante para o estudo desta guerra e uma parte daquilo que foi produzido na segunda onda historiográfica preenche algumas lacunas existentes e permite avançar no debate historiográfico posterior.

A historiografia posterior a fase revisionista, que abarca parte da produção de meados da década de 1980 em diante, tem recebido várias designações. Alguns a chamam de

neorevisionismo, outros a chamam de fase contemporânea ou pós-revisionismo². Nas narrativas após os anos de 1980, segundo Maestri,

A rejeição das “narrativas totalizantes” valorizou a proposta das *novas* histórias política e cultural que terminou restaurando as *velhas* interpretações idealistas e subjetivistas do passado. A história voltou a ser lida prioritariamente como produto da ação errática de protagonistas excelentes e os fenômenos sociais, como produto de determinações ideológico-culturais.

No relativo à guerra contra o Paraguai, novas narrativas críticas do revisionismo dos anos 1960-70, definido como autoritário, populista, etc., empreenderam a restauração das grandes propostas interpretativas nacional-patrióticas imperiais e republicanas. (MAESTRI, 2003)

São considerados expoentes dessa nova fase da historiografia autores como Francisco Doratioto, André Amaral Toral, Ricardo Salles, Wilma Peres da Costa, dentre outros, para ficarmos apenas na produção brasileira. Destes cabe destaque o livro de Francisco Doratioto, intitulado *Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai* (DORATIOTTO, 2002) por sua importante contribuição com a historiografia pós-revisionista do conflito.

Sobre o trabalho de Doratioto, escreve Maestri.

Restringido à descrição a uma indiscutivelmente rica e valiosa narrativa política, diplomática e militar dos fatos, explicando as suas origens e dinâmicas a partir sobretudo da ação de protagonistas ilustres, *Maldita guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*, de Francisco Doratioto, jamais se debruça efetivamente sobre os grandes protagonistas dos acontecimentos estudados. (MAESTRI, 2003)

No tocante a participação específica do Conde d’Eu, encontramos suporte e subsídios no registro das *Ordens do Dia* e nos relatos da atuação do Conde nas anotações e posteriores publicações do Visconde Taunay, em obras como *A Campanha da Cordilheira* (TAUNAY, 1926), *Cartas de Campanha* (TAUNAY, 1922) e *Diário de Exército 1869-1870* (TAUNAY, 2002). Trata-se de uma farta descrição do cotidiano da guerra a partir da atuação do Visconde Taunay como Chefe do Gabinete General do Estado Maior comandando pelo Conde d’Eu.

Destes seus escritos, a combinação entre desprendimento literário com apresentação cuidadosa de dados constitui, aliás, uma característica dos relatos do Visconde de Taunay em todas as suas obras. Após a campanha do Mato Grosso, Taunay participou ativamente no período final do conflito, acompanhando o Conde d’Eu como seu secretário, período este transcrito em sua obra *Diário do Exército 1869-1870*. Neste texto, ele dedica-se a relatar e

² Estas conceituações tem aparecido com certa frequência, especialmente em trabalhos monográficos e artigos jornalísticos a partir de meados da década de 1990.

avaliar como foi conduzido o final da campanha que levou à derrota do Paraguai e a perseguição a Solano López.

Assim, neste final de campanha, independente dos trabalhos burocráticos para findá-la, a guerra ainda prosseguia. Para substituir Caxias, foi indicado o Conde d'Eu, que assumiu o Comando-em-Chefe das forças aliadas em 15 de abril de 1869. O Conde d'Eu foi o comandante das forças aliadas na última grande batalha da guerra, a batalha de Campo Grande, para os brasileiros, ou Acosta Ñu para os paraguaios. Neste episódio reside um foco de controvérsia quanto ao comando do Conde d'Eu e seu comportamento em batalha. Segundo a historiografia revisionista, as tropas paraguaias foram massacradas pelas forças aliadas nessa batalha, um massacre de velhos, crianças e mulheres que faziam parte de um improvisado e desesperado exército organizado por Solano López. No entanto, apesar da crueza da batalha, López consegue fugir novamente. Pesa sobre o Conde d'Eu, segundo alguns autores (CHIAVENATTO, 1979; POMER, 1968), a ordem para incendiar a macega de um campo repleto de soldados inimigos, em sua maioria crianças e mulheres e em seguida, aprisionar mulheres, crianças e velhos em uma igreja e incendiá-la.

Para a historiografia clássica³, especialmente a contemporânea ao evento, tratou-se tão somente da derradeira grande batalha deste conflito, batalha esta que foi eternizada posteriormente no quadro *A Batalha de Campo Grande*, de Pedro Américo, cujo pintor, aliás, tomado pela liberdade artística, inseriu-se no cenário da batalha na pele de um soldado fictício. Para essa corrente historiográfica esse momento final da história desse conflito se consubstancia em homens e feitos que venceram mais um grande obstáculo rumo à vitória final na guerra.

Para Mario Maestri, tratam-se das 'narrativas apologéticas', entretanto, mesmo ao tratarmos dessas narrativas, e como um emblemático sintoma da mudança de monarquia para república a partir de uma intervenção militar, ganham destaque as figuras mais proeminentemente ligadas ao Exército e a Marinha, em detrimento das personagens que pudessem lembrar ou destacar a antiga situação monárquica. Nesse sentido a figura do Conde d'Eu é emblemática na historiografia sobre a guerra, sobretudo pelo esmaecimento da sua participação, especialmente se considerarmos sua ligação de parentesco com a família imperial. Dessa forma sobram referências a personagens como Caxias, Osório e Tamandaré e são escassas as referências ao Conde d'Eu, geralmente acobertadas pelo seu curto período de atuação.

³ A historiografia que chamamos de clássica, abarca as reminiscências, memórias e relatos dos envolvidos diretamente no conflito e as publicações posteriores, contemporâneas ao evento.

Como afirma Maestri,

As leituras apologéticas imperiais foram ampliadas após 1889. As forças armadas republicanas elevaram à situação de figuras paradigmáticas oficiais monárquicos – Caxias, Osório, Tamandaré – que intervieram com destaque no conflito, o mais importante jamais combatido pelo Estado brasileiro. (MAESTRI, 2003)

No contexto de meados do século XIX, a estrutura militar brasileira era insuficiente para um conflito externo de grande envergadura, de forma que a guerra principiou com um exército de linha brasileiro apequenado,

O Exército ocupava lugar absolutamente destituído de significação. Não representava o elemento de força em que se apoiava a estrutura social, o domínio da classe que governava o país. Essa classe não tivera, até aí, necessidade d'ele, para defender-lhes os privilégios e os interesses; tinha a sua própria organização militar, recrutada em suas próprias fileiras, rigorosamente fiscalizada, estreitamente comandada. Não precisava de outra. (SODRÉ, 1965. p. 137)

O pós-guerra detonou novos caminhos e novo peso à instituição militar e a república foi edificada sobre a insuspeita e solidificada atuação de heróis militares, onde não havia espaço para lembranças excessivas a qualquer nome que lembrasse a mal agradecida aristocracia monárquica - imperial. A historiografia republicana alça a instituição militar, notadamente o Exército de linha, a condição de força propulsora do progresso que as corroídas instituições imperiais não haviam conseguido fomentar, oportunizando um olhar sobre o conflito que valorizou os feitos e fatos até a conquista de Assunção, de forma que a finalização, ocorrida praticamente um ano depois, se caracterizou pelo prosseguimento de planos já traçados. O fim da guerra culminou num período de ocupação militar do Paraguai por tropas aliadas, em sua maioria brasileiras, de 1870 a 1876, período no qual foi negociada e gestada a composição da nova estrutura que governaria o estado paraguaio.

Mesmo com os avanços do debate historiográfico, vez por outra ainda manifestam vigor as teses revisionistas. Em artigo recente, publicado em um jornal do interior do Estado de São Paulo, intitulado “Brasil pode ter se valido de 'guerra bacteriológica' na Guerra do Paraguai”, com base nas teses de Júlio José Chiavenatto, aparecem às seguintes considerações a respeito das crueldades da guerra

Caxias não foi o único e nem o pior comandante brasileiro a praticar atrocidades contra o povo paraguaio. O genro de Dom Pedro II, o Conde D'Eu, entrou para a história como o grande assassino dessa guerra. Ele assumiu o comando das tropas em 1869.

Além de jogar cadáveres com cólera no Paraná, o conde atacou o Exército do Paraguai com outra arma invisível: a bactéria da varíola. Quando algum prisioneiro paraguaio era contaminado, D'Eu mandava soltá-lo para que contagiasse o inimigo. Em muitas ocasiões, o comandante permitiu que Solano Lopez capturasse soldados brasileiros, todos contaminados. Na batalha de Acosta Ñu, o conde dizimou um 'exército' formado por crianças de 6 a 14 anos. Quando as mães saíram do mato para recolher os corpos, D'Eu mandou incendiar a área. (CHIAVENATO, 2001)

Além da referência incorreta, pois a varíola é causada por um vírus, o *orthopoxvirus variolae*⁴, e não por uma bactéria, desde o princípio do século XIX já existiam técnicas de controle e alguns procedimentos imunizatórios em relação à varíola. Ademais, o texto de Chiavenatto carrega considerável anacronismo na forma como se refere à utilização da varíola, que de acordo com o título do artigo, teria sido utilizado para uma 'guerra bacteriológica' contra o Paraguai. O conceito de 'guerra bacteriológica' inexistia nesse período e nesse contexto e doenças como cólera, varíola e tifo afligiram tanto os aliados quanto os paraguaios, em grande medida em função do clima, dos locais e das condições onde se desenrolaram as batalhas.

Há várias controvérsias a respeito das práticas adotadas pelo Conde d'Eu quando no comando do exército brasileiro no Paraguai. A onda revisionista o aponta como sanguinário, autor de verdadeiros crimes de guerra e interessado em prolongar a guerra no encalço de López. A mais forte acusação nesse sentido vem do brasileiro Júlio José Chiavenato em sua obra *Genocídio Americano – A Guerra do Paraguai*, de 1979, que acusa o conde d'Eu, após a vitória brasileira em Campo Grande, ou Acosta-Ñu, de ter ordenado que se ateasse fogo ao capim seco com o objetivo de assassinar os soldados paraguaios feridos que ainda estavam no local carbonizando-os. Chiavenato, a princípio, utilizou como fonte as memórias do Visconde de Taunay, todavia a onda historiográfica pós-revisionista, a exemplo do texto de Ricardo Bonalume Neto, em artigo para a Folha de São Paulo, revela que o historiador militar Reginaldo Bacchi ao ler os escritos de Taunay descobriu justamente o contrário: “*havia balas que ainda explodiam no campo por causa do incêndio da macega ateado, no principio da ação, pelos*

⁴ Em 1804, a vacina contra a varíola chegou ao Brasil por iniciativa do Barão de Barbacena, que enviou escravos a Lisboa para serem imunizados à maneira jenneriana – os escravos retornaram e a vacinação continuou de braço em braço. Somente em 1887, e graças a Pedro Afonso Franco, na época diretor da Santa Casa de Misericórdia, é que o Brasil começou a produzir definitivamente a vacina em vitelos dentro de laboratórios próprios. Em 1922, o Instituto Vacinológico fundado pelo próprio Barão Pedro Afonso foi transferido para o Instituto Oswaldo Cruz. Porém, o episódio histórico mais marcante ocorrido no Brasil envolvendo varíola, se deu no ano de 1904, a Revolta da vacina. Indignada com a lei proposta por Oswaldo Cruz que tornava obrigatória a vacinação contra a varíola e estimulada pela imprensa, a população promoveu cenas de vandalismo pela cidade que provocaram estado de sítio e uma insurreição militar que quase derrubou o então presidente Rodrigues Alves. Fonte: Agência Fiocruz de Notícias, “Glossário de Doenças”, Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: < <http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=310&sid=6> > Consultado em: 12/12/2008.

paraguaios, para ocultarem o seu movimento tático” (BONALUME NETO, 1997). Também, é conhecida a menção de que o conde d'Eu teria ordenado que incendiassem um hospital com feridos, o que teria resultado na morte de mais de uma centena de pessoas. No entanto, o mais provável é que o hospital tenha queimado em consequência dos bombardeios aliados no início da batalha, direcionados as fortificações paraguaias.

A análise desses fatos mostra que a discussão a muito já extrapolou a academia e ganhou a mídia cotidiana e suas reflexões ligeiras. De toda forma, o revisionismo ainda mostra força, não só nas publicações periódicas como também nos livros didáticos que ainda absorvem consideráveis conteúdos dessa corrente historiográfica.

Sobre o revisionismo, Doratioto considera que

Os pressupostos e conclusões desses e de outros trabalhos revisionistas sofreram forte influência do contexto histórico em que foram escritos. As décadas de 1960 e 1970 caracterizaram-se, na América do Sul, por governos militares. Uma forma de combater essas ditaduras era minar suas bases ideológicas. Daí, em grande parte, a acolhida acrítica e o sucesso em meios intelectuais do revisionismo sobre a Guerra do Paraguai: por atacar o pensamento liberal; por denunciar a ação imperialista e por criticar o desempenho de chefes militares aliados, quando um deles, Bartolomé Mitre, foi expoente do liberalismo argentino, e, outro, Caxias, tornou-se patrono do Exército brasileiro. É impossível, também, não notar, nas entrelinhas do revisionismo, a construção de certo paralelismo entre a Cuba socialista, isolada no continente americano e hostilizada pelos Estados Unidos, e a apresentação de um Paraguai de ditaduras "progressistas" e vítima da então nação mais poderosa do planeta, a Grã-Bretanha. (DORATIOTO, 1997. p. 05-06)

Ressalte-se que a historiografia revisionista assimilou em grande medida o discurso historiográfico republicano, sem tratá-lo de forma diferenciada em relação a historiografia da guerra produzida no período monárquico.

A figura do Conde d'Eu ficou marcada na historiografia do conflito a certa distância da glorificação e do heroísmo atribuído a outras personagens. Entretanto, seu interesse pessoal em participar do conflito e mostrar-se engajado na defesa dos interesses brasileiros o fez atuar por outras frentes que não a militar propriamente dita. O Conde d'Eu e D. Isabel, princesa imperial do Brasil, estavam em lua de mel, viajando pela Europa, quando as forças paraguaias invadiram as províncias brasileiras do Mato Grosso e Rio Grande do Sul. D. Pedro II enviou uma carta ao casal em 1865, solicitando a presença do Conde d'Eu no Brasil, mais precisamente que se dirigisse a cidade de Uruguaiana, para se juntar ao imperador e as forças brasileiras que promoviam a defesa e ofensivas brasileiras mediante a ocupação paraguaia.

Ao fim de 1865 d'Eu foi nomeado comandante geral da artilharia e presidente da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército. Solicitou por carta a D. Pedro II, por duas vezes, ao longo do conflito, autorização para a combater no Uruguai e Paraguai, mas em ambas as ocasiões, para sua grande decepção, o Conselho de Estado votou contra os desejos do conde de ir para a guerra. A razão para a primeira recusa era evitar que a presença do príncipe no conflito pudesse vir a significar no exterior um desejo de conquistar territórios alheios e, para a segunda, era não ser aceitável que o esposo da herdeira do trono estivesse subordinado a um militar brasileiro – neste caso, Luís Alves de Lima e Silva, Marquês de Caxias, recém-nomeado comandante-em-chefe aliado.

Entretanto, por ser um oficial de alto escalão com suficiente prestígio e notória capacidade, foi convocado para liderar como comandante-em-chefe os exércitos aliados em 1869, após o marquês de Caxias ter-se demitido da função. Nesse momento o Conde d'Eu já não estava mais tão empolgado em tomar parte na guerra.

Em sua atuação, mesmo antes de comandar efetivamente as forças aliadas em operação em território paraguaio, a partir de 1869, o Conde d'Eu contribuiu para o esforço de guerra. Um exemplo disso está na troca de correspondências entre o Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra e a Legação Brasileira nos Estados Unidos. A pedido do Conde d'Eu, foi solicitado, através de ofício encaminhado a Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, representante da Legação Brasileira nos Estados Unidos, a aquisição de qualquer obra ou publicação a respeito dos serviços internos dos corpos do Exército, Arsenais, depósitos e campos de instrução. Este pedido fazia parte das atribuições do Conde como presidente da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército. No dia 12 de maio de 1866, a Legação Brasileira nos Estados Unidos reporta o envio das seguintes obras para o Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra:

- 1- Cosey's United States Infantry tactics, by authority – 1862 – 3 volumes;
- 2- United States Cavalary tactics – by authority – 1841 – 1 volume;
- 3- Instruction for reavy artillery prepared by a board of officers for the use of the army of the United States; by authority – 1862 – 1 volume;
- 4- Instructions for field artillery, prepared by a board of artillery officers, to which is added the evolutions of batteries translated from the french by brigadien General R. Anderson, U.S. Army – 1864 – 1 volume;
- 5- Manual of bayonet exercise prepared for the use of the army of the United States by George B. McClellan, Commander in chief U.S. Army – 1862 – 1 volume;
- 6- A system of sarget practice for the use of trops when armed with the musket, riffle-musket, riffle or carabine, prepared principally from the french – 1862 – 1 volume;
- 7- Instructions to mustering officers – 1863 – 1 volume;
- 8- Instructions for officers and not commissioned officers on outpost and patrol duty and troaps in campaign – 1863 – 1 volume;

- 9- Regulations for the recruiting service of the army of the United States both regular and volunteer – 1864 – 1 volume;
- 10-Instructions for officers of the adjutant General's Department – 1865 – 1 volume;
- 11-Revised United States Army Regulations of 1861 with an appendix containing the changes and laws affecting army regulations and article of war to June 25th – 1863 – 1 volume;
- 12-Report of Secretary of War – 1864-1865 – 1 volume;
- 13-Report of Secretary of War – 1865-1866 – 2 volumes.

Não foram encontrados relatos posteriores sobre o recebimento, o destino e a utilização dessas publicações. Mesmo assim, trata-se do esforço de d'Eu em contribuir com a melhoria qualitativa das forças brasileiras mesmo que no fronte burocrático. Esta foi uma faceta muito pouco explorada pelo debate historiográfico em torno da figura do Conde d'Eu. Na análise dos fatos propriamente militares, sua atuação a frente da Comissão para Melhoramento dos Materiais do Exército é quase nula, não só dele, como do funcionamento e conseqüências dos trabalhos desta comissão como um todo. Esta comissão já existia desde meados da década de 1850, entretanto, com a guerra ela ganhou mais importância, haja vista que grande parte dos novos armamentos adquiridos pelo Império e enviados as frentes de combate ao final do conflito passaram pelo trabalho desta comissão.

No Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra de 1870, assim se relata o momento em que o Conde d'Eu assumiu o comando das forças aliadas:

Congratulo-me com a Representação Nacional pela gloriosa terminação da guerra, que por mais de cinco annos fomos obrigados a sustentar em desaffronta da honra nacional e dos altos interesses do paiz.

O dictador Francisco Solano Lopez, levado de derrota em derrota desde Iatahy até Lomas Valentinas, onde o valente Exercito alliado destroçou nos sempre memoraveis dias de Dezembro, as principaes forças inimigas e a ultimas fortificações que então lhe restavão, achando-se sem material de guerra, e tendo perdido quasi toda sua artilharia, ainda assim, não obstante confessar-se vencido, foi com pertinacia embrenhar-se nas Cordilheiras, julgando-as talvez inexpugnaveis, para ahi fortificar-se e continuar a resistir com o que pudesse reunir dos restos do seu numeroso exercito.

Era, pois, forçoso desaloja-lo, através de grandes obstaculos, d'essas agrestes e alcantiladas serranias, e anniquilar inteiramente os meios de resistencia de que ainda dispuzesse, obrigando-o por este modo a render-se ou abandonar para sempre o territorio paraguayo.

Foi nesta fase da guerra que o Augusto Principe o Sr Marechal de Exercito, Conde d'Eu, chegando a Assumpção a 14 de abril do anno proximo passado, seguiu sem demora para Luque, e assumiu a 16 o comando em chefe de todas as nossa forças em operações, para desempenhar a difficil, porém muito honrosa e gloriosissima commissão que lhe fôra confiada.

Desde logo occupou-se o General em Chefe em preparar com actividade louvável os meios de acção, e prover do necessario as forças a cuja frente tinha de continuar as operações de guerra, fazendo ao mesmo tempo explorar os terrenos que devia percorrer, afim de serem batidas, como com effeito o forão, quaesquer partidas inimigas que nelles se encontrassem. (RELATÓRIO..., 1870, p. 7-8)

Os documentos oficiais glorificam e enaltecem a breve participação do Conde d'Eu. Algo semelhante só aparece, com esse grau, nos relatos do Visconde Taunay. Já as publicações posteriores quase encerraram a guerra com Caxias tomando Assunção. De toda forma, a nomeação do conde, à altura com apenas 27 anos de idade, em março de 1869, como novo comandante-em-chefe reanimou momentaneamente a combatida opinião pública brasileira. Logo que d'Eu chegou ao Paraguai, tratou de reorganizar o exército brasileiro segundo suas necessidades, e na tentativa de coibir os excessos da tropa, chegou a dispensar oficiais acusados de promoverem saques em território paraguaio.

As dificuldades militares enfrentadas pelo Conde d'Eu foram maiores do que fazem supor muitos relatos. Com a saída de Caxias, o desânimo tomou conta da tropa e a desordem ampliava-se exponencialmente, as dificuldades de abastecimento, em especial da vanguarda no encalço de Lopez, eram grandes, de forma que foi necessário um novo dimensionamento tático e estratégico para as ações em território paraguaio. De acordo com os relatos do Visconde Taunay, o Conde d'Eu se mostrou paciente e habilidoso nas estratégias e táticas para suplantar as forças paraguaias, participando ativamente de alguns combates. Para o meio militar do período restou-lhe e fama de atuar com agilidade e eficiência. Segundo Josefina Plá, partiu do Conde d'Eu a iniciativa para extinguir a escravidão no Paraguai (PLÁ, 1972), que à época possuiria cerca de vinte e cinco mil escravos, algo que se mostrava incoerente com o desenrolar do tratamento dispensado a problemática da escravidão no Império Brasileiro.

A pressão e as críticas ao Conde d'Eu prosseguiram para além de sua atuação na guerra, todavia, sua atuação militar parece ter sido acompanhada com atenção a certos episódios, como a ordem para degolar o coronel paraguaio Pablo Caballero após a vitória a batalha de Peribeubú, após a notícia da morte, nesta batalha, do general Mena Barreto, e do posterior estado de depressão que acometeu o conde. Entre setembro de 1869 a março de 1870, não houve mais guerra de fato, apenas uma perseguição desesperada a Francisco Solano López, que finalmente é encurralado e morto em Cerro Corá, no nordeste do Paraguai. A guerra só terminou em primeiro de março de 1870, com morte de López. No final de abril o Conde d'Eu, ao retornar ao Rio de Janeiro foi recebido com festa, homenagens e a posterior nomeação como Conselheiro de Estado.

Por ser membro da família real brasileira, qualquer relato de episódio envolvendo o Conde d'Eu que chegava a corte era motivo de debates na imprensa e despertava a atenção do

público. Foi assim que Pedro Américo conseguiu fama ao transpor para uma pintura um pequeno episódio da batalha de Campo Grande, na qual um capitão chamado Almeida Castro salva o Conde d'Eu de um ataque paraguaio e posteriormente é punido pelo Conde por tal feito.

Neste mesmo ano, tem início em Assunção, uma nova rodada de negociações entre o governo provisório paraguaio, a Argentina e o Brasil, que estabeleceu a livre navegação no sistema fluvial platino e postergam as discussões sobre as pendências territoriais de ambos os países.

As diversas leituras da participação do Conde d'Eu no conflito com o Paraguai pouco focam a sua atuação militar e política propriamente dita e pouco trazem das adversidades enfrentadas pelo Conde d'Eu em assumir o lugar de uma figura emblemática da vida político-militar do Império, o marquês de Caxias, e de imediato comandar forças estrangeiras, de argentinos e uruguaios, em ação conjunta com as forças brasileiras. Constitui-se numa personagem eclipsada pelas construções historiográficas republicanas e pelos estudos revisionistas. Some a essas dificuldades o fato do Conde ser um estrangeiro, de origem francesa, algo que lhe gerou transtornos após retornar a corte por conta das especulações em torno da possível sucessão de D. Pedro II. Trata-se de uma personagem que merece maior aprofundamento no debate historiográfico.

BIBLIOGRAFIA

ABENDE, Diego. "A Guerra da Tríplice Aliança: três modelos explanatórios". In: *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, nº 740, ano LXXVI, nov./dez. 1988, pág. 07 – 30.

BONALUME NETO, Ricardo. "Novas lições do Paraguai". In: *Folha de São Paulo*, Caderno Mais, 09 de novembro de 1997. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs091105.htm> >. Acessado em: 15/01/2008.

BURTON, Richard Francis. *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha da Paraguai 1865 - 1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CHIAVENATO, Júlio José. "BRASIL pode ter se valido de 'guerra bacteriológica' na Guerra do Paraguai" In: Reportagens Especiais, *Jornal Tribuna de Ribeirão Preto*, 25/10/2001.

_____. *O negro no Brasil: da senzala a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Genocídio americano: a Guerra contra o Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. *A Guerra contra o Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec - Editora da Unicamp, 1995.

_____. "A Guerra do Paraguai e problemática militar no Império". In: *História*. São Paulo, 1995, vol. 14, pág. 33 - 48.

DINIZ, Alai Garcia. *Máquinas, corpos, cartas: imaginários da guerra do Paraguai*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1997. Tese de Doutorado.

DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *O conflito com o Paraguai*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

_____. "A construção de um mito". In: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 09/11/1997. p. 05 - 06.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os voluntários da pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.

ENDERS, Armelle. "O Plutarco Brasileiro" - A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. In: *Estudos Históricos*, CPDOC, Rio de Janeiro, 2000. p. 26 - 27.

FIX, Theodoro. *História da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Garnier, 1872.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 5 volumes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1934.

MADUREIRA, Antônio de Sena. *Guerra do Paraguai*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

MAESTRI, Mário. "Guerra contra o Paraguai: da instauração à restauração historiográfica". In: *Revista Espaço Acadêmico*, Ano II, nº 20, janeiro/2003. Disponível em: <
<http://www.espacoacademico.com.br/020/20hmaestri.htm> >, consultado em 15/01/2008.

MALERBA, Jurandir. *O Brasil Imperial (1808 - 1889): Panorama da história do Brasil no século XIX*. Maringá: Eduem, 1999.

MATTOS, Augusto Oliveira. *A proteção multifacetada: as ações da Guarda Negra Redemptora no ocaso do Império (1888-1889)*. Brasília, DF: Unb, 2006. Dissertação de Mestrado. p. 25.

MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai - como construímos o conflito*. São Paulo: Contexto, Cuiabá (MT): Editora da Universidade Federal do Mato Grosso, 1998.

PEDROSA, José Fernando de Maya. "A guerra da Tríplice Aliança - aspectos históricos". In: *Defesa Nacional*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, nº 745, ano LXXVII, set./out. 1989, pág. 47 - 65.

PLÁ, Josefina. *Hermano negro: la esclavitud en el Paraguay*. Madrid: Paraninfa, 1972.

POMER, Leon. *La guerra del Paraguai: gran negocio!* Buenos Aires: Ediciones Coldén, 1968.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Guerra de 1870, Arquivo Histórico do Exército. p. 7-8.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. “Memórias de guerra: Guerra do Paraguai e narrativa nacional”. In. *História*. São Paulo, 1997, vol. 16, pág. 131 - 155.

SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. *Cartas da campanha*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

_____. *Recordações de guerra e de viagem*. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1924.

_____. *Diário do Exército, 1869-1870*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

THOMPSON, George. *Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

VERSEN, Max von. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.